

SOBRE OS AUTORES.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
1. DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS.....	27
1.1. Das normas fundamentais.....	27
1.1.1. Princípios.....	27
1.1.1.1. Princípio da demanda.....	28
1.1.1.2. Princípio do acesso à justiça.....	29
1.1.1.3. Princípio da razoável duração do processo.....	32
1.1.1.4. Princípio da boa-fé.....	37
1.1.1.5. Princípio da cooperação.....	37
1.1.1.6. Princípio da igualdade processual e do contraditório.....	39
1.1.1.7. Princípios da dignidade da pessoa humana e do bem comum, da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade, da publicidade e da eficiência.....	40
1.1.1.8. Princípio da cronologia.....	41
1.1.1.9. Princípio do devido processo legal.....	44
1.1.1.10. Princípio da economia processual.....	44
1.1.1.11. Princípio do juiz natural.....	45
1.2. Da aplicação das normas processuais. Regência.....	46
1.2.1. Direito Intertemporal.....	46
1.2.2. Aplicação subsidiária e supletiva do CPC/2015.....	46
2. DA FUNÇÃO JURISDICIONAL.....	47
2.1. Da jurisdição.....	47
2.1.1. Conceito e natureza jurídica.....	47
2.1.2. Características da jurisdição.....	49
2.1.3. Jurisdição civil.....	49
2.1.3.1. Espécies de jurisdições civis.....	50
2.1.4. Jurisdição e competência.....	51
2.1.5. Características da jurisdição voluntária.....	51

2.2. Ação.....	52
2.2.1. Conceito e natureza jurídica	52
2.2.2. Teoria imanentista ou civilista	52
2.2.3. A teoria concretista	53
2.2.4. A teoria abstratista	53
2.2.5. Teoria eclética	54
2.2.6. Teoria da asserção.....	54
2.2.7. Condições da ação	55
2.2.7.1. Interesse de agir	58
2.2.7.2. Legitimidade das partes	59
2.2.8. Elementos da ação.....	62
2.2.8.1. Partes	62
2.2.8.2. Causa de pedir	63
2.2.8.3. Pedido	63
2.2.9. Pressupostos processuais	66
2.2.9.1. Pressupostos processuais subjetivos.....	67
2.2.9.2. Pressupostos processuais objetivos.....	67
2.2.9.3. Perempção, litispendência e coisa julgada	68
2.2.9.4. Convenção de arbitragem e reconhecimento da competência arbitral.....	70
2.3. Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional	71
2.3.1. Dos Limites da Jurisdição Nacional	71
2.3.2. Da Cooperação Internacional.....	72
2.3.2.1. Auxílio Direto	73
2.3.2.2. Carta rogatória.....	74
2.3.2.3. Disposições comuns	74
2.4. Da competência interna	74
2.4.1. Da Competência Interna. Disposições Gerais.....	74
2.4.2. União	76
2.4.3. Estado ou Distrito Federal	77
2.4.4. Direito Pessoal ou real sobre móveis.....	78
2.4.5. Execução Fiscal	78
2.4.6. Direito real sobre imóveis.....	79
2.4.7. Foro de sucessão.....	79
2.4.8. Demais competências	80
2.4.9. Da Modificação de Competência.....	80

2.4.9.1.	Conexão	80
2.4.9.2.	Continência.....	82
2.4.9.3.	Ação acessória.....	82
2.4.9.4.	Modificação negocial de competência	82
2.4.10.	Da incompetência.....	84
2.4.11.	Conflito de competência.....	85
2.4.12.	Da Cooperação Nacional. Introdução.....	85
3.	DOS SUJEITOS DO PROCESSO	87
3.1.	Das partes e dos procuradores	87
3.1.1.	Da capacidade processual. A capacidade processual compreende o significado de capacidade de ser parte, de estar em juízo e postulação (CPC/2015, art. 70).....	87
3.1.1.1.	Representação e assistência. Curador	88
3.1.1.2.	Cônjuge.....	91
3.1.1.3.	Representação em juízo	92
3.1.1.4.	Regime de suprimento.....	92
3.1.2.	Dos Deveres da Parte e dos Procuradores. Dos Deveres. Deveres de todos os participantes do processo	93
3.1.2.1.	Dever de urbanidade.....	98
3.1.2.2.	Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual.....	99
3.1.2.2.1.	Litigância de má-fé.....	99
3.1.2.3.	Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas. Das Despesas	101
3.1.2.3.1.	Honorários. Generalidades	104
3.1.2.3.2.	Honorários no cumprimento de sentença e execução.....	106
3.1.2.3.3.	Parâmetros.....	107
3.1.2.3.4.	Fazenda Pública.....	110
3.1.2.3.5.	Ato ilícito	113
3.1.2.3.6.	Honorários recursais.....	114
3.1.2.3.7.	Titularidade e verba alimentar.....	115
3.1.2.3.8.	Sociedade de advogados.....	116
3.1.2.3.9.	Causa própria.....	117
3.1.2.3.10.	Omissão na fixação da verba honorária	117
3.1.2.3.11.	Advogado Público	118
3.1.2.3.12.	Sucumbência recíproca.....	118

3.1.2.3.13.	Desistência, renúncia ou reconhecimento do pedido	119
3.1.2.3.14.	Repropositura	122
3.1.2.3.15.	Assistente	122
3.1.2.3.16.	Juros	123
3.1.2.3.17.	Caução	123
3.1.2.4.	Da Gratuidade da Justiça. Introdução	123
3.1.2.4.1.	Beneficiários	124
3.1.2.4.2.	Abrangência	124
3.1.2.4.3.	Exclusões	125
3.1.2.4.4.	Procedimento	126
3.1.2.4.5.	Impugnação	128
3.1.2.4.6.	Recurso	129
3.1.3.	Dos Procuradores. Introdução	129
3.1.4.	Da Sucessão das Partes e dos Procuradores. Sucessão das partes	131
3.1.4.1.	Sucessão dos procuradores	132
3.2.	Do litisconsórcio	132
3.2.1.	Introdução	132
3.2.2.	Classificação	132
3.3.	Intervenção de terceiros	139
3.3.1.	Partes e Terceiros	139
3.3.1.1.	Da Assistência	140
3.3.1.2.	Intervenção anômala	145
3.3.1.3.	Da Denúnciação da Lide	146
3.3.1.4.	Chamamento ao processo	149
3.3.1.5.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica (<i>disregard of legal entity doctrine</i>)	151
3.3.1.6.	<i>Amicus Curiae</i>	157
3.4.	Do juiz e dos auxiliares da justiça	161
3.4.1.	Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz. Condutas do juiz	161
3.4.1.1.	Indeclinabilidade da jurisdição	168
3.4.1.2.	Limites	169
3.4.1.3.	Processo simulado	169
3.4.1.4.	Responsabilidade civil	170
3.4.1.5.	Dos impedimentos e da suspeição	170

3.4.1.6.	Dos Auxiliares da Justiça.....	175
3.4.1.7.	Do Ofício de Justiça e dos Oficiais de Justiça.....	176
3.4.1.8.	Do Perito.....	176
3.4.1.9.	Do Depositário e do Administrador.....	177
3.4.1.10.	Do Intérprete e do Tradutor.....	178
3.4.1.11.	Dos conciliadores e Mediadores Judiciais.....	178
3.4.1.12.	Responsabilidade Civil dos Auxiliares de Justiça.....	180
3.5.	Do Ministério Público.....	182
3.6.	Da Advocacia Pública.....	187
3.7.	Da Defensoria Pública.....	189
3.7.1.	Seções comuns.....	191
3.7.1.1.	Prazo e intimação pessoal.....	191
3.7.1.2.	Responsabilidade civil.....	193
4.	DOS ATOS PROCESSUAIS.....	197
4.1.	Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais.....	197
4.1.1.	Da Forma dos Atos Processuais.....	197
4.1.1.1.	Dos atos em geral.....	197
4.1.1.2.	Princípio da liberdade das formas.....	197
4.1.1.3.	Princípio da publicidade.....	199
4.1.1.4.	Negócio processual.....	199
4.1.1.5.	Língua portuguesa.....	204
4.1.1.6.	Da prática eletrônica de atos processuais.....	204
4.1.1.7.	Dos Atos das Partes. Eficácia.....	205
4.1.1.8.	Dos Pronunciamentos do Juiz. Introdução.....	206
4.1.1.8.1.	Sentença.....	206
4.1.1.8.2.	Decisão interlocutória.....	207
4.1.1.8.3.	Despachos.....	207
4.1.1.8.4.	Atos ordinatórios.....	207
4.1.1.8.5.	Acórdão.....	207
4.1.2.	Do tempo e lugar dos atos processuais.....	208
4.1.2.1.	A razoável duração do processo e o tempo dos atos processuais.....	208
4.1.2.2.	Dias úteis, feriados e férias forenses.....	209
4.1.2.3.	Horário dos atos processuais.....	210
4.1.2.4.	O lugar dos atos processuais.....	210

4.1.3.	Dos Prazos Processuais	211
4.1.3.1.	Espécies	211
4.1.3.2.	Termo inicial e termo final do prazo	213
4.1.3.3.	Conceito de tempestividade	215
4.1.3.4.	Preclusão temporal	222
4.1.3.4.1.	Preclusão e direitos indisponíveis	222
4.1.3.4.2.	Preclusão e matérias de ordem pública	223
4.1.3.4.3.	Preclusão e prazos dilatórios	224
4.1.3.5.	Justa causa	224
4.1.3.6.	Renúncia ao prazo	225
4.1.3.7.	Prazos para o juiz	226
4.1.3.8.	Prazos para os serventuários	227
4.1.3.8.1.	Verificação dos prazos e penalidades. Descumprimento por serventuário	227
4.1.3.8.2.	Descumprimento por advogado, defensor público ou membro do Ministério Público	228
4.1.3.8.3.	Descumprimento pelo juiz ou relator	229
4.2.	Da comunicação dos atos processuais	229
4.2.1.	Disposições Gerais	229
4.2.2.	Comunicação dos atos processuais	230
4.2.3.	Citação. Considerações	230
4.2.3.1.	A citação por meio eletrônico	230
4.2.3.2.	A citação como pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo	232
4.2.3.3.	Momento da citação	232
4.2.3.4.	Comparecimento espontâneo do sujeito passivo	232
4.2.3.5.	A citação como ato de integração litisconsorcial	233
4.2.3.6.	Efeitos. Competência do órgão jurisdicional	233
4.2.3.6.1.	Prevenção da competência	234
4.2.3.6.2.	Constituição em mora	235
4.2.3.6.3.	Interrupção da prescrição	236
4.2.3.6.4.	Litispendência	237
4.2.3.6.5.	Litigiosidade	238
4.2.3.7.	Trânsito em julgado da sentença e intimação do réu	238
4.2.3.8.	Citação pessoal	238
4.2.3.9.	As pessoas incapazes	240

4.2.3.9.1. Citando mentalmente incapaz ou impossibilitado de receber a citação	241
4.2.3.10. As inovações trazidas pelo CPC/2015 no tocante à citação ...	242
4.2.3.11. As formas de citação	242
4.2.3.12. A preferência legal à citação postal	243
4.2.3.13. Ações de estado	243
4.2.3.14. Pessoa jurídica de direito público	243
4.2.4. Dos Atos de Cooperação. Cartas de ordem, precatória e rogatória. Carta Arbitral	244
4.2.5. Intimação	244
4.3. Das nulidades	245
4.3.1. Introdução	245
4.3.2. Invalidades processuais	245
5. DA TUTELA PROVISÓRIA	251
5.1. Tutela antecipada satisfativa e cautelar de urgência	251
5.1.1. Tutela Provisória – Novo sistema	251
5.1.2. Fungibilidade da tutela provisória – Satisfativa e cautelar	252
5.1.3. Tutela Provisória de Urgência – Requisitos	252
5.1.4. Concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública	253
5.1.5. Tutela cautelar	257
5.1.6. Eficácia (pendência e suspensão do processo)	258
5.1.7. Medidas de efetivação e procedimento. Responsabilidade civil	259
5.1.8. Recurso cabível	263
5.1.9. Rito e Estabilização da tutela antecipada antecedente	264
5.1.10. Rito da Tutela Antecipada Cautelar	271
5.2. Tutela de evidência	273
6. DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	275
6.1. Formação do Processo	275
6.2. Suspensão do Processo	279
6.3. Extinção do processo	286
7. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	289
7.1. Procedimento comum	290
7.1.1. Disposições gerais	290
7.1.2. Da petição inicial	290

7.1.2.1.	Emenda ou complementação. Sanabilidade	294
7.1.2.2.	Do indeferimento da petição inicial	294
7.1.3.	Da improcedência liminar do pedido	296
7.1.4.	Da audiência de conciliação ou de mediação	297
7.1.5.	Da contestação	299
7.1.5.1.	Prazo	300
7.1.5.2.	Conteúdo	301
7.1.5.3.	A nomeação à autoria	305
7.1.5.4.	A incompetência relativa como fundamento de contesta- ção	306
7.1.5.5.	Distribuição da contestação	307
7.1.5.6.	O ônus da impugnação especificada	308
7.1.5.7.	Da revelia	309
7.1.6.	Da Reconvenção	311
7.1.7.	Das providências preliminares e saneamento. Do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor	312
7.1.7.1.	Do saneamento e da organização do processo	313
7.1.8.	Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do pro- cesso	314
7.1.8.1.	Julgamento antecipado do mérito	314
7.1.8.2.	Julgamento antecipado parcial do mérito	315
7.1.9.	A fase instrutória	316
7.1.9.1.	A audiência de instrução e julgamento	317
7.1.9.1.1.	A ordem de produção das provas orais	325
7.1.9.1.2.	Os debates	327
7.1.9.1.3.	O termo de audiência	329
7.1.10.	Das provas. Teoria geral	330
7.1.10.1.	Conceito	332
7.1.10.2.	Prova emprestada	332
7.1.10.3.	Presunção legal	332
7.1.10.4.	Ônus da prova	333
7.1.10.5.	Negócio processual probatório	340
7.1.10.6.	Da produção antecipada da prova como medida autôno- ma	340
7.1.10.7.	Meios de prova	345
7.1.10.7.1.	Ata notarial	346

7.1.10.7.2.	Depoimento pessoal	346
7.1.10.7.3.	Confissão.....	348
7.1.10.7.4.	Exibição de documento ou coisa	350
7.1.10.7.5.	Prova documental	352
7.1.10.7.6.	Documento eletrônico.....	359
7.1.10.7.7.	Prova testemunhal.....	359
7.1.10.7.8.	Prova pericial.....	364
7.1.10.7.9.	Inspeção judicial	367
7.1.11.	Da sentença.....	367
7.1.11.1.	Disposições gerais	367
7.1.11.2.	Espécies	368
7.1.11.3.	Princípio da primazia do pronunciamento de mérito.....	378
7.1.11.4.	Sentenças terminativas e sentenças definitivas	379
7.1.11.4.1.	Pronunciamentos terminativos	380
7.1.11.4.2.	Pronunciamentos de mérito.....	390
7.1.11.5.	Elementos essenciais (ou estruturais) da sentença. Generalidades	394
7.1.11.5.1.	Relatório	394
7.1.11.5.2.	Fundamentação	396
7.1.11.5.3.	Dispositivo.....	400
7.1.11.6.	O mérito da causa	402
7.1.11.7.	O princípio da congruência ou da correlação	403
7.1.11.7.1.	Espécies de ofensa à congruência.....	403
7.1.11.7.2.	Decisão certa e relação jurídica condicional.....	405
7.1.11.7.3.	Fato superveniente e julgamento.....	406
7.1.11.7.4.	A publicação da sentença e a alteração.....	409
7.1.11.8.	Hipoteca judiciária.....	411
7.1.11.9.	Remessa necessária.....	413
7.1.11.10.	Tutela específica nas ações relativas às prestações de fazer ou de não fazer.....	421
7.1.11.10.1.	A imposição de multa	423
7.1.11.10.2.	Tutela inibitória	424
7.1.11.10.3.	Tutela específica na ação para entrega de coisa....	425
7.1.11.10.4.	Tutela reparatória.....	426
7.1.11.10.5.	Ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade	427

7.1.11.11.	Da Coisa julgada.....	428
7.1.11.11.1.	Limites objetivos da coisa julgada	429
7.1.11.11.2.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	436
7.1.11.11.3.	Preclusão	439
7.1.11.11.4.	Termo da coisa julgada	442
7.1.12.	Da liquidação de sentença	444
7.1.12.1.	Espécies	445
7.1.12.2.	Honorários.....	446
7.1.12.3.	Recurso.....	447
7.2.	Do cumprimento de sentença.....	448
7.2.1.	Disposições gerais.....	448
7.2.2.	Títulos executivos judiciais.....	454
7.2.3.	Do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Provisoriedade.....	459
7.2.4.	Do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa	464
7.2.5.	Do Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade da Obrigação de Prestar Alimentos.....	473
7.2.6.	Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	477
7.2.7.	Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou entregar coisa	479
7.2.7.1.	Do cumprimento de sentença de deveres de fazer e não fazer	480
7.2.7.2.	Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	481
7.3.	Procedimentos especiais.....	482
7.3.1.	Generalidades e características.....	482
7.3.2.	Os procedimentos especiais no novo Código de Processo Civil	484
7.3.3.	Outras espécies. Depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento.....	486
7.3.4.	A Ação de Consignação em Pagamento. Extinção da obrigação pela via judicial.....	488
7.3.4.1.	Ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito.....	496
7.3.4.2.	<i>Enfiteuse</i> civil e <i>enfiteuse</i> administrativa: resgate do aforamento	497
7.3.5.	A Ação de Exigir Contas.....	498
7.3.6.	Ações Possessórias.....	502

7.3.6.1.	As ações de manutenção e reintegração de posse. Introdução	508
7.3.6.2.	O Interdito Proibitório. Introdução.....	512
7.3.7.	Ação de Divisão e ação de demarcação de terras particulares. Introdução	512
7.3.7.1.	Ação Demarcatória	517
7.3.7.2.	Ação Divisória	519
7.3.8.	Ação de Dissolução Parcial de Sociedade. Generalidades	522
7.3.8.1.	As hipóteses de dissolução parcial da sociedade.....	526
7.3.8.2.	Procedimento	526
7.3.9.	Inventário e Partilha. Generalidades.....	529
7.3.9.1.	Inventário. Generalidades.....	529
7.3.9.1.1.	Procedimento do Inventário	532
7.3.9.2.	Partilha.....	542
7.3.9.3.	Arrolamento	548
7.3.9.4.	Sobrepartilha	551
7.3.10.	Embargos de Terceiro. Responsabilidade patrimonial	552
7.3.11.	Oposição. Natureza jurídica da oposição	558
7.3.12.	Habilitação	563
7.3.13.	Ações de família. A família nas Constituições brasileiras	565
7.3.14.	Ação Monitória. Generalidades	571
7.3.15.	Homologação do Penhor Legal. Generalidades.....	586
7.3.16.	Regulação de Avaria Grossa.....	588
7.3.17.	Restauração de Autos. Generalidades.....	591
7.3.18.	A jurisdição voluntária.....	594
7.3.18.1.	Emancipação.....	599
7.3.18.2.	Sub-rogação.....	599
7.3.18.3.	Alienação, arrendamento ou oneração de bens de crianças ou adolescentes, de órfãos e de interditos.....	599
7.3.18.4.	Alienação, locação e administração da coisa comum.....	600
7.3.18.5.	Alienação de quinhão em coisa comum	600
7.3.18.6.	Extinção de usufruto e de fideicomisso	600
7.3.18.7.	Outras hipóteses.....	602
7.3.18.8.	Notificação e Interpelação. Introdução	602
7.3.18.9.	Alienação Judicial. Introdução.....	605
7.3.18.10.	Divórcio e Separação Consensuais	607

7.3.18.11.	União Estável. Generalidades.....	610
7.3.18.12.	Separação, divórcio e extinção da união estável pela via administrativa	612
7.3.18.13.	Regime de Bens entre Cônjuges	613
7.3.18.14.	Testamentos e codicilos. Conceito de testamento	622
7.3.18.14.1.	O testamentário	625
7.3.18.15.	Herança Jacente, Conceito	628
7.3.18.16.	Bens dos Ausente. Ausência Civil. Conceito	632
7.3.18.17.	Coisas Vagas. Conceito de descoberta	636
7.3.18.18.	Interdição. Conceito.....	638
7.3.18.19.	Tutela e curatela	649
7.3.18.19.1.	Tutela.....	649
7.3.18.19.2.	Curatela	649
7.3.18.20.	Fiscalização das Fundações. Conceito de fundação.....	650
7.3.18.21.	Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo.....	652
8.	PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	655
8.1.	Da execução em geral	655
8.1.1.	Disposições gerais.....	655
8.1.2.	Das Partes na Execução	660
8.1.3.	Da Competência.....	662
8.1.4.	Dos Requisitos Necessários para Realizar Qualquer Execução. Do Título Executivo.....	663
8.1.4.1.	Dos Requisitos do Título Executivo.....	670
8.1.4.2.	Dos títulos executivos	672
8.1.4.3.	Responsabilidade objetiva pelo fato da execução	674
8.1.5.	Da Responsabilidade Patrimonial. Introdução	675
8.1.5.1.	Sujeitos da responsabilidade patrimonial	677
8.1.5.2.	Bens cujas alienação ou gravação com ônus real se tenham dado em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores	679
8.1.5.3.	Do Responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	679
8.1.5.4.	Bem imóvel sob regime de superfície	681
8.1.5.5.	Fraude à Execução. Tipologia.....	682
8.1.5.6.	Direito de retenção.....	686

8.1.5.7.	Benefício de ordem.....	687
8.1.5.8.	Responsabilidade do Espólio.....	688
8.2.	Das diversas espécies de execução.....	688
8.2.1.	Disposições gerais.....	688
8.2.2.	Da Execução para Entrega de Coisa.....	693
8.2.2.1.	Entrega de Coisa Certa.....	693
8.2.2.2.	Entrega de coisa incerta.....	695
8.2.3.	Da Execução das Obrigações de Fazer ou Não Fazer.....	696
8.2.3.1.	Disposições Comuns.....	696
8.2.3.2.	Obrigação de Fazer.....	696
8.2.3.3.	Obrigação de não fazer.....	698
8.2.4.	Da Execução Por Quantia Certa.....	699
8.2.4.1.	Introdução.....	699
8.2.4.2.	Execução – Despacho inicial. Providências iniciais.....	699
8.2.4.3.	A averbação da distribuição da execução e o direito de preferência.....	699
8.2.4.3.1.	Averbação e fraude à execução.....	702
8.2.4.4.	Citação.....	704
8.2.4.5.	Da Penhora, do Depósito e da Avaliação. Do objeto da penhora.....	705
8.2.4.5.1.	Adequação da penhora à soma buscada na execução.....	706
8.2.4.5.2.	Impenhorabilidade.....	706
8.2.4.5.2.1.	Impenhorabilidade relativa.....	711
8.2.4.5.3.	Ordem de preferência.....	711
8.2.4.5.4.	Ineficácia da penhora.....	713
8.2.4.5.5.	Da documentação da penhora, registro e depósito.....	713
8.2.4.5.6.	Das modificações de penhora.....	717
8.2.4.5.7.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	721
8.2.4.5.8.	Penhora <i>online</i>	721
8.2.4.5.9.	Penhora de créditos.....	725
8.2.4.5.10.	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.....	726
8.2.4.5.11.	Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes.....	726

8.2.4.5.12. Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa.....	727
8.2.4.5.13. Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel.....	728
8.2.4.5.14. Da Avaliação	729
8.2.4.6. Da expropriação	730
8.2.4.6.1. Adjudicação de bens.....	732
8.2.4.6.2. Alienação por iniciativa particular.....	734
8.2.4.6.3. Arrematação: conceito, natureza jurídica e efeitos	737
8.2.4.6.3.1. Preço vil	740
8.2.4.6.3.2. Pagamento. Arrematante	740
8.2.4.6.3.3. Parcelamento.....	741
8.2.4.6.3.4. Remissão	742
8.2.4.6.3.5. Falta de pagamento do preço	742
8.2.4.6.3.6. Formalização da arrematação	743
8.2.4.6.3.7. Arrematação – Anulação	744
8.2.4.7. Satisfação do crédito.....	746
8.2.5. Da Execução Contra a Fazenda Pública. Abrangência.....	747
8.2.5.1. Procedimento	748
8.2.5.2. Embargos à execução contra a Fazenda Pública	752
8.2.6. Da Execução de Alimentos.....	753
8.3. Dos embargos à execução	754
8.3.1. Natureza	754
8.3.2. Procedimento.....	755
8.3.3. Limites de Cognição	760
8.3.4. Rejeição liminar dos embargos	763
8.3.5. Embargos. Efeitos.....	764
8.3.6. Embargos – Impugnação	767
8.4. Da suspensão e extinção do processo de execução	771
8.4.1. Da Suspensão	771
8.4.2. Da Extinção da execução	777
9. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	779
9.1. Da ordem dos processos nos tribunais e dos processos de competência originária dos tribunais.....	779

9.1.1.	Disposições Gerais. Precedentes Judiciais no CPC/2015.....	779
9.1.2.	Ordem. Distribuição.....	783
9.1.2.1.	Poderes do relator.....	783
9.1.2.2.	Fato superveniente em segundo grau de jurisdição.....	786
9.1.2.3.	Publicação de pauta e ordem de julgamento.....	787
9.1.2.4.	Saneamento recursal.....	788
9.1.2.5.	Da técnica de julgamento estendido, no caso de julgamento por maioria de votos.....	789
9.1.2.5.1.	A ampliação do quórum na ação rescisória.....	794
9.1.2.5.2.	A ampliação do quórum no agravo interno. A ampliação do quórum no agravo interno.....	794
9.1.2.5.3.	A ampliação do quórum nos embargos de declaração.....	795
9.1.2.5.4.	Exceções à ampliação do quórum.....	795
9.1.2.5.5.	O alcance da ampliação do quórum de julgamento.....	796
9.1.2.5.6.	A ampliação do quórum nos procedimentos regidos por leis extravagantes.....	796
9.1.2.5.7.	Outras questões procedimentais na ampliação de quórum.....	797
9.1.2.5.7.1.	A sustentação oral na ampliação de quórum.....	797
9.1.2.5.7.2.	Adeliberação pela ampliação de quórum e a oportunidade para a impugnação.....	797
9.1.2.5.8.	Síntese conclusiva sobre a ampliação de quórum.....	798
9.1.2.6.	Acórdão.....	799
9.1.3.	Do Incidente de Assunção de Competência. Considerações gerais	799
9.1.3.1.	Pressupostos.....	800
9.1.3.2.	Procedimento.....	801
9.1.4.	Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Introdução.....	802
9.1.5.	Do Conflito de Competência. Introdução.....	804
9.1.6.	Da Homologação de Decisão Estrangeira e da Concessão de <i>Exequatur</i> à Carta Rogatória. Considerações.....	807
9.1.7.	Da Ação Rescisória. Considerações.....	809
9.1.7.1.	Competência.....	811
9.1.7.2.	Cabimento.....	811

9.1.7.3.	Legitimidade – Partes e terceiros na ação rescisória	822
9.1.7.4.	Petição inicial – Requisitos genéricos e específicos. O depósito prévio	825
9.1.7.5.	Tutela antecipada.....	828
9.1.7.6.	Procedimento	829
9.1.7.7.	Prazo	831
9.1.7.8.	Decisão parcial de mérito na rescisória.....	833
9.1.7.9.	Ação Anulatória. Distinção entre rescisória e anulatória.....	834
9.1.7.9.1.	Cabimento.....	835
9.1.7.9.2.	Legitimidade	837
9.1.7.9.3.	<i>Querela Nullitatis</i> . Considerações gerais	838
9.1.8.	Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Considerações gerais.....	840
9.1.8.1.	Requisitos.....	841
9.1.8.2.	Legitimidade e competência.....	841
9.1.8.3.	Publicidade	842
9.1.8.4.	Procedimento	842
9.1.8.5.	Efeitos.....	843
9.1.8.6.	Revisão e modificação da decisão	844
9.1.9.	Da Reclamação. Natureza jurídica	845
9.1.9.1.	Prazo.....	849
9.1.9.2.	Legitimidade.....	849
9.1.9.3.	Cabimento	849
9.1.9.4.	Relator	852
9.1.9.5.	Julgamento.....	852
9.2.	Dos recursos	852
9.2.1.	Teoria geral	852
9.2.1.1.	Princípios	853
9.2.1.2.	Juízo de admissibilidade	854
9.2.1.3.	Efeitos dos recursos. Devolutividade	854
9.2.1.3.1.	Efeito suspensivo.....	854
9.2.1.3.2.	Efeito substitutivo.....	855
9.2.1.3.3.	Efeito translativo	855
9.2.1.3.4.	Efeito expansivo.....	855
9.2.1.4.	Legitimidade e Interesse.....	856
9.2.1.5.	Admissibilidade recursal	857

9.2.1.6.	Recurso adesivo.....	857
9.2.1.7.	Desistência do recurso e renúncia ao direito de recorrer.....	858
9.2.1.8.	Atos recorríveis	859
9.2.1.9.	Recurso total ou parcial	859
9.2.1.10.	Prazo	860
9.2.1.11.	Litisconsórcio e recurso	862
9.2.1.12.	Preparo	862
9.2.2.	Espécies de recursos	862
9.2.2.1.	Da Apelação. Cabimento.....	863
9.2.2.1.1.	Procedimento	864
9.2.2.2.	Do Agravo de Instrumento. Cabimento	868
9.2.2.2.1.	Procedimento	871
9.2.2.3.	Do Agravo Interno. Cabimento.....	872
9.2.2.3.1.	Procedimento	873
9.2.2.4.	Dos Embargos de Declaração. Cabimento.....	874
9.2.2.4.1.	Procedimento	875
9.2.2.5.	Dos Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	878
9.2.2.5.1.	Do Recurso Ordinário. Cabimento.....	878
9.2.2.5.2.	Procedimento	879
9.2.2.5.3.	Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial. Das Disposições Gerais	880
9.2.2.5.4.	Procedimento do recurso especial.....	882
9.2.2.5.5.	Procedimento do recurso extraordinário.....	886
9.2.2.5.6.	Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos	889
9.2.2.5.7.	Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	891
9.2.2.5.8.	Embargos de Divergência. Cabimento.....	892
9.2.2.5.8.1.	Procedimento	893
10.	LIVRO COMPLEMENTAR.....	895
10.1.	Disposições finais e transitórias.....	895
10.1.1.	Considerações Gerais.....	895
10.1.2.	Direito intertemporal.....	896
10.1.2.1.	Regras de direito intertemporal no CPC/2015.....	897
10.1.2.2.	Regras finais.....	898

10.1.3. Execução contra devedor insolvente	899
10.1.4. Transição do processo eletrônico	901
10.1.5. Questão prejudicial	901
10.1.6. Prescrição	901
10.1.7. Decisão inconstitucional	902
10.1.8. Depósitos judiciais	902
10.1.9. Tutela provisória contra a Fazenda Pública	903
10.1.10. Custas judiciais na Justiça Federal	905
10.1.11. Nulidade da sentença arbitral	905
10.1.12. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	906
10.1.13. Juizado Especial – Competência no rito sumário	906
10.1.13.1. Embargos Declaratórios no Juizado Especial	906
10.1.13.2. Juizados Especiais Criminais	906
10.1.14. Código Eleitoral	906
10.1.15. Código Civil	907
10.1.16. Estatísticas	907
10.1.17. Prazo – Agravo	907
10.1.18. Lei de Registros Públicos	907
10.1.19. Prazos	909
10.1.20. Recursos	909
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	911